

Logradouros e Bairros em Cidade Tiradentes

José Donizete Cazzolato

Como parte da atualização da base¹ CEM/Cebrap de logradouros, decidiu-se focar, em abril de 2008, o distrito de Cidade Tiradentes, buscando atender, prioritariamente, às necessidades de algumas pesquisas então em curso na Instituição.

Por se situar nas bordas da área urbana do município, o território do distrito apresenta grande dinâmica em termos de adensamento e/ou ocupação do espaço. Desde o final da década de 1970, quando os primeiros conjuntos habitacionais foram ali implantados, Cidade Tiradentes (distrito desde 1992) mantém-se como um dos casos mais expressivos de incremento populacional entre os distritos paulistanos.

Historicamente um bairro-dormitório, até por conta da especificidade que marca a ocupação do território tiradentense - provavelmente o maior aglomerado de conjuntos habitacionais do país - o distrito incorporou, nos últimos anos, um volume considerável de equipamentos públicos: postos de bombeiros, CEUs, hospital, escola técnica, delegacia, polícia militar, parques públicos, e o Expresso Tiradentes, um corredor exclusivo de ônibus que conectará o distrito ao Terminal São Mateus e outros, seguindo até o Parque Dom Pedro II, no centro da cidade.

Assim, está em curso uma visível mudança na paisagem urbana do distrito, cada vez mais próximo daquilo que se poderia chamar de "cidade normal". Nesse sentido, inclusive, é importante destacar que Cidade Tiradentes constitui uma das subprefeituras do município de São Paulo. A presença física da gestão pública - e respectivos serviços - embora ainda em acomodações improvisadas², por si só acrescenta valor à qualidade de vida local, contribuindo também para a melhora da *auto-estima* cidadã.

Os descompassos que a urbanização precária acumulou, no entanto, constituem um dos grandes desafios para a gestão local. Nota-se um crescimento das favelas e

ocupações autônomas, que avançam, inclusive, pelo território de Ferraz de Vasconcelos. E, mesmo na área ocupada regularmente por conjuntos residenciais - COHAB ou CDHU - há questões fundiárias e cadastrais a serem solucionadas.

Tais precariedades, mais ou menos visíveis numa abordagem em campo, ressaltam na representação cartográfica do Distrito. O grande número de vias sem denominação e/ou sem numeração regular impede a confecção dos cadastros e bases digitais viárias mais eficazes. Mesmo a questão dos bairros - fundamental na sedimentação da identidade territorial - ainda não foi objeto de ação por parte da municipalidade: permanecem, na burocracia das instituições e no uso diário da população, referências antigas e atuais, em flagrantes sobreposições e indefinições toponímicas.

As vias públicas, nos seus atributos nome, Cep e numeração imobiliária, requerem a ação direta da municipalidade e da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos). Nem sempre é suficiente coletar em campo o nome da via, uma vez que as denominações autônomas podem não ser ratificadas num processo de regularização, comprometendo a qualidade dos cadastros e mapas. Idem para a numeração, que necessita, para sua regularização, a prévia regularização da via, processo que, na administração municipal, muitas vezes se alonga por conta das implicações fundiárias. Já o Código de Endereçamento Postal é atribuído à via pública - ou alterado - a partir de parâmetros estabelecidos pela própria ECT.

O bairro, entretanto, por nunca ter sido objeto de gestão específica por parte da municipalidade paulistana em termos de sua sistematização toponímica ou territorial, permanece "livre", ou seja, sua consistência, como dado, depende exclusivamente do uso atual por parte da população. A tradição cartográfica dos guias de ruas convencionais, assim como dos eletrônicos disponibilizados na Rede, pauta-se fortemente na transcrição dos dados; salvo eventuais exceções, não se consagrou, entre nós, a prática da pesquisa de campo como forma de obtenção ou atualização de dados referentes à denominação dos bairros.

Assim, optou-se por desenvolver, ainda que sem a profundidade desejável, uma pesquisa específica sobre a compartimentação de Cidade Tiradentes em microterritórios de identidade local. Dada a precariedade dos dados ali encontrados em termos de nomenclatura de vias e numeração dos imóveis, a informação dos bairros mais ajustada ao cotidiano da população poderia suprir as lacunas

verificadas no momento de endereçar³, quando não se encontra a via ou a numeração da mesma na base cartográfica. O nome do bairro, portanto, e seu perímetro, mesmo aproximado, pode ser um dado importante na espacialização dos fenômenos.

A pesquisa

Partindo-se dos dados já coletados anteriormente e agregados à base cartográfica de logradouros CEM/Cebrap, pesquisou-se inicialmente os sítios oficiais - subprefeitura, Cohab e Cdhu - como forma de confirmar esses dados ou complementá-los. Pouco se conseguiu, entretanto, nessa etapa; predominam as informações em forma de texto, e os poucos mapas encontrados quase nada acrescentaram aos dados já incorporados.

Em contato telefônico com a Subprefeitura de Cidade Tiradentes, o técnico responsável pelo "Cadastro" prontamente se referiu à precariedade dos dados territoriais existentes na administração pública, apontando a irregularidade fundiária local como um dos fatores que levam a essa situação. Reconheceu, entretanto, a existência de referências urbanas territoriais novas, advindas do uso do espaço pela população, que acabou por substituir as originais compartimentações em setores alfanuméricos.

De todo modo, organizou-se as informações sobre bairros disponíveis na base cartográfica CEM em cenas impressas de formato A4, reproduzindo toda a extensão do Distrito. Essas folhas foram utilizadas na segunda etapa, desenvolvida *in loco*.

O primeiro local visitado foi a Subprefeitura, onde o funcionário anteriormente contatado - Fábio - reiterou as informações sobre a precariedade das informações ali disponíveis. Entretanto, foi prestativo a ponto de analisar os instrumentos apresentados, indicando os locais em que a população adotou novas formas toponímicas, explicando, inclusive, a origem desses nomes. Sendo morador local, suas observações reforçam-se no contato diário com a população que atende durante o expediente.

Complementando essa etapa de consulta *institucional*, contatou-se a unidade local da Polícia Militar, onde o soldado J. Martins também se debruçou sobre os

instrumentos apresentados e comparou os nomes ali impressos com aqueles do seu cotidiano de trabalho em patrulhamento no Distrito.

Partiu-se então para a consulta direta aos moradores, em abordagens do tipo "que bairro é aqui?". A resposta muitas vezes foi "Cidade Tiradentes", "Guaianases" ou "Santa Etelvina", nome da grande propriedade ali existente cujo território foi compartimentado para a implantação da maior parte dos atuais conjuntos residenciais. Percebe-se aqui uma associação da palavra "bairro" ao nível mais amplo da compartimentação territorial, correspondente aos distritos ou às antigas ARs (Administrações Regionais). Mudando-se a pergunta para "que setor é aqui?", a resposta atendeu aos propósitos da pesquisa, fato que se justifica, provavelmente, na compartimentação original dos residenciais Cohab, que adotou um sistema alfanumérico identificado pelo termo "setor".

O número de pessoas consultadas - em pontos de ônibus, em estabelecimentos comerciais, junto à residência, etc. - não ultrapassou a trinta. Porém, se esse total pode ser considerado insignificante numa pesquisa mais formal, foi suficiente para confirmar os novos nomes de bairros obtidos na consulta *institucional*, dada a ênfase e a segurança observada no momento da resposta.

Finalizada a consulta oral, que não cobriu, no entanto, todo o território de Cidade Tiradentes (Figura 1), a tarefa seguinte foi a compilação de todas as informações recolhidas (Figura 2) e sua incorporação à base de logradouros CEM. Paralelamente, criou-se uma tabela - apresentada a seguir - como forma de registrar as informações obtidas e com vistas a facilitar novas pesquisas sobre os bairros de Cidade Tiradentes ou de outras áreas do município e Região Metropolitana de São Paulo.

NOME	ORIGEM
Bairro dos Pereira	antiga denominação
Bancários	rua <i>dos Bancários</i> , atual <i>Leandro</i>
Barro Branco	antiga denominação, adotada para o conjunto ali implantado
Castro Alves	nome do conjunto residencial
Cidade Tiradentes	nome do grande conjunto (COHAB), aqui adotado para o centro comercial do Distrito
Ferrovários	rua <i>dos Ferrovários</i> , atual <i>Padre Aldemar Moreira</i>
Gráficos	rua <i>dos Gráficos</i> , atual rua <i>dos Pedreiros</i>
Inácio Monteiro	nome do conjunto residencial
Jardim Monte Verde	loteamento particular
Jardim Pérola	loteamento particular implantado em etapas (Jardim Pérola 1, 2, ...)
Jardim Vilma Flor	loteamento anterior à implantação da Cohab Cidade Tiradentes
Jardim Vitória	loteamento particular
Jardim Áurea ⁽¹⁾	loteamento particular (junto à rua Luís Mateus)
Núcleo Maravilha	ocupação (favela) recente, aqui renomeada para <i>Núcleo</i>
Oitenta e Um	linha de ônibus que ali fazia ponto final/inicial
Passagem Funda ^{(1) (2)}	antiga denominação, também utilizada para a estrada <i>do Iguatemi</i>
Prestes Maia	nome do conjunto residencial, anterior à implantação da Cohab Cidade Tiradentes
Santa Etelvina	antiga denominação
Sarandi	rua <i>Arroio Sarandi</i>
Sessenta e Cinco	linha de ônibus que ali fazia ponto final/inicial
Setor 2A	denominação utilizada pela Cohab na subdivisão do conjunto
Setor 2B	denominação utilizada pela Cohab na subdivisão do conjunto
Setor G	denominação utilizada pela Cohab para as vias (rua 2 G, rua 10 G, etc)
Sítio Conceição	antiga denominação, adotada para o conjunto ali implantado
Têxteis	rua <i>dos Têxteis</i>
Vila Hortênsia	ocupação recente
Vila Iolanda	loteamento anterior à implantação da Cohab Cidade Tiradentes
Vila Paulista	loteamento particular
o topônimo <i>Fazenda do Carmo</i> aqui se sobrepõe; optou-se, no entanto, por considerá-lo circunscrito aos limites distritais de José Bonifácio	

Tabela 1: Bairros de Cidade Tiradentes, resultantes da pesquisa CEM abril/08, e respectivas origens toponímicas.

Conclusão

Convém notar, por fim, que a adoção dos bairros obtidos na pesquisa aqui relatada buscou, principalmente, apenas suprir as lacunas então existentes na base de logradouros CEM. Não se pretendeu uma abordagem mais sistemática da questão, que implicaria em procedimentos metodológicos mais apropriados, como, por exemplo, uma prévia definição do conceito de bairro no tocante à extensão, padrões de delimitação e denominação, etc.

Também é importante lembrar que uma divisão territorial só pode ser considerada oficial quando advinda de instrumento legal; leis municipais ou estaduais têm, inclusive, o poder de arbitramento, solucionando as *interfaces toponímicas* ou definindo novos topônimos para evitar homonímia. O arranjo territorial aqui apresentado presta-se aos trabalhos de pesquisa e localização, e pode contribuir para o melhor conhecimento do Distrito, e, por extensão, do município de São Paulo.

São Paulo, maio de 2008.

¹ na cartografia digital, usa-se o designativo *base* para os arquivos dos elementos estruturantes da paisagem geográfica (hidrografia, rede viária, quadras) ou para aqueles utilizados para a localização de fenômenos pontuais.

² a subprefeitura está instalada em dependências do supermercado Negreiros, na estrada do Iguatemi, 2751; curiosamente, o terreno ocupado pelo supermercado pertence ao distrito de José Bonifácio, ou seja, a subprefeitura de Cidade Tiradentes fica fora do seu território.

³ na linguagem do geoprocessamento, *endereçar*, ou *georreferenciar*, significa o conjunto de operações que resultam no posicionamento de um ponto qualquer sobre uma base cartográfica, geralmente a de logradouros (vias públicas).